

GT- 5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

KAINGANG: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA, CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

KAINGANG: PRESERVATION OF THE MEMORY, CULTURE AND HISTORY OF THE ORIGINAL PEOPLE

Claudia Carmem Baggio - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Edgar Bisset Alvarez - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo:

Esta pesquisa visa propor ações de preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang da Aldeia Kaingang Três Soitas, em Santa Maria (RS) no contexto das Políticas Públicas Indigenistas. Configura-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, apresentando um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica e documental também será utilizada, na coleta de dados primários e secundários. Espera-se com este estudo identificar as dificuldades encontradas pelo povo Kaingang na preservação de sua memória, cultura e história apontando um caminho orientador sobre a preservação. Entende-se ser necessário a preservação da memória para as gerações atuais e futuras, garantindo, entre outras questões que a documentação indígena não se perca por completo.

Palavras-Chave: preservação da memória; povos originários; Kaingang; políticas indigenistas.

Abstract:

This research aims to propose actions to preserve the memory, culture and history of the original Kaingang people of Aldeia Kaingang Três Soitas, in Santa Maria (RS) in the context of Indigenous Public Policies. It is exploratory and descriptive, with a qualitative approach, presenting a case study. Bibliographic and documentary research will also be used to collect primary and secondary data. This study is expected to identify the difficulties encountered by the Kaingang people in preserving their memory, culture and history, pointing out a guiding path for preservation. It is understood that it is necessary to preserve memory for current and future generations, ensuring, among other issues, that indigenous documentation is not lost completely.

Keywords: memory preservation; original peoples; Kaingang; indigenous policies.

1 INTRODUÇÃO

Os povos originários são populações que se tornaram primeiros habitantes de um território, com forma de organização social e cultura exclusivas ao seu grupo. No Brasil, os povos originários são os indígenas brasileiros que habitaram o país antes da chegada dos europeus.

A política indigenista tem essas populações como objeto de políticas públicas, que

são elaboradas pelo governo, e que desde as primeiras legislações estabelece como objetivo a integração do índio à sociedade nacional. Desde a promulgação do Estatuto do Índio — Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 — (BRASIL, 1973), verifica-se que não houve a incorporação à sociedade nacional de todos os índios brasileiros.

Este estudo trará conhecimento sobre a necessidade de se voltar o olhar para a preservação da história, cultura e memória dos povos indígenas. Nesse sentido, é preciso considerar a necessidade de preservação da informação pelos responsáveis, e a possibilidade de perda dos registros da memória dos povos indígenas. Entende-se que a elaboração de Políticas Públicas voltadas para a criação de estratégias de preservação desse acervo tão valioso, que faz parte da história do Brasil, seja um dos caminhos que possibilitem o acesso a tais informações pelas próximas gerações.

Destaca-se, portanto, a importância da preservação da memória e seu estudo no contexto das Políticas Públicas, bem como a partir da realidade encontrada na comunidade indígena, visando armazenar, disseminar e aumentar a visibilidade dos povos originários para a sociedade como um todo. Com base no contexto da preservação da memória dos povos originários, surge a questão norteadora deste estudo, a preservação, disseminação e visibilidade da memória, cultura e história do povo Kaingang está contemplada nas políticas públicas indigenistas?

Conforme o exposto, o objetivo central do estudo é propor ações de preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang. Para atingir o objetivo geral formulou-se os seguintes objetivos específicos: a) analisar as políticas públicas indigenistas no Brasil; b) identificar as necessidades voltadas à preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang; c) apresentar os critérios e estratégias de preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang.

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento. Para a coleta dos dados, as questões foram submetidas ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina e encontram-se em análise.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS INDIGENISTAS

As políticas públicas são ações, medidas e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis, criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população

(BRASIL, 2018). Nesse contexto, a importância de uma política pública bem estruturada e capaz de ser realizada está cada vez mais presente nas sociedades modernas no Brasil. “As pesquisas sobre políticas públicas tiveram início no Brasil com o fim dos regimes autoritários e a dominação do período colonial por parte da Igreja católica, a qual possuía a responsabilidade pela catequização indígena” (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 1).

Em todos os Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, há populações indígenas (FUNDAÇÃO..., 2022). Essas populações compreendem uma grande variedade de povos originários, que nem sempre estão localizados numa mesma região geográfica e que possuem anseios e necessidades sociais diversas, exigindo especial atenção do poder público quanto à elaboração de metas e mecanismos de ação para garantir a efetivação das demandas dessa população. No levantamento realizado pelo IBGE, no Censo de 2010, os povos indígenas compreendem hoje 305 etnias, estando dentre elas os povos Kaingang.

Desde então, a dominação passou a ser realizada pelo Estado com a responsabilidade de legitimar direitos e deveres à sociedade, podendo levar ou não em consideração as peculiaridades socioculturais das comunidades diferenciadas como as indígenas, onde muitas vezes não são respeitados seus direitos culturais, territoriais, educacionais, pluriétnicos, de saúde, de autodeterminação etc. Dessa forma, a política pública tem o intuito de promover diversos direitos aos povos e comunidades, entre eles, visibilidade, reconhecimento e valorização a respeito da diversidade, segurança alimentar e nutricional, e acesso à informação (BRASIL, 2007).

Segundo Mota, Noelli e Tommasino (2000, p. 211), o modo de vida Kaingang “implica em relação específica com a natureza em si, de acordo com representações simbólicas historicamente elaboradas que conferem sentido às suas práticas materiais e sociais”. No entanto, é importante destacar que hoje esse povo está inserido em diferentes contextos, não somente demarcados pelo estado, ou pela Terra Indígena, mas por uma pluralidade de relações que refletem as distintas gerações, domínio da língua, concepções e outras particularidades históricas que impactam nos modos de ser e viver.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa configura-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, apresentando um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica e documental também será utilizada, na coleta de dados primários e secundários.

A pesquisa bibliográfica será utilizada para compor o referencial teórico, no intuito de subsidiar a parte da pesquisa que se dará por meio da análise das políticas públicas e das entrevistas com o povo originário Kaingang. Primeiramente, será contextualizado sobre as políticas públicas de um modo geral e no contexto indígena, a partir da pesquisa em websites do governo, Funai e representações indígenas; além da apresentação dos aspectos teóricos dos povos originários Kaingang, buscando conhecer sobre o que está sendo publicado no meio acadêmico-científico sobre essa etnia. Em paralelo, serão apresentados aspectos teóricos sobre a preservação de documentos e informação no âmbito da Ciência da Informação, ressaltando assuntos, tais como: política de informação, política de preservação e estratégias de preservação

A pesquisa documental está presente como técnica, devido à pesquisa de documentos governamentais de acesso público. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), são fontes muito valiosas de dados qualitativos, podendo ajudar a entender o fenômeno central do estudo. Dessa forma, servem para que o pesquisador conheça os antecedentes de um ambiente, as experiências, vivências, diretrizes ou situações.

Será desenvolvida uma pesquisa descritiva, que de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. A partir da revisão de literatura, bem como no levantamento das políticas públicas serão descritos os aspectos necessários para contextualizar o tema, tendo cunho qualitativo.

Para poder conhecer as abordagens teóricas e metodológicas que têm sido publicadas, será realizada uma coleta de dados sobre o tema, visando um maior conhecimento sobre a temática dos povos indígenas, elaborada a partir da análise da literatura consultada buscando principalmente textos recentes ligados à Ciência da Informação, sendo realizada uma seleção de materiais a fim de identificar na literatura os princípios gerais e específicos das políticas públicas na preservação da memória, cultura e história dos povos originários Kaingang.

A abordagem utilizada será a qualitativa pois de acordo Minayo (2010, p. 57), é método “que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a presente pesquisa está contemplada como um estudo de caso, pois envolve o estudo mais aprofundado de um objeto, de maneira que se permita seu amplo detalhamento, e além disso deve ser combinado com outras técnicas de pesquisa, como as já citadas anteriormente (YIN, 2004). Nesse sentido, a pesquisa na comunidade indígena Kaingang, em Santa Maria, consiste em um estudo de caso, pois a investigação será representativa deste povo originário.

Será aplicado um roteiro de entrevista, pois, através de entrevistas narrativas com os indígenas, pretende-se fazer uma análise e apresentar a realidade das políticas públicas indigenistas no contexto da preservação da memória, cultura e história bem como no acesso as informações e documentações pelos povos originários Kaingang. “A entrevista estruturada combina perguntas de forma a permitir que os participantes discorram e verbalizem sobre seus pensamentos, tendências e reflexões acerca do fenômeno estudado” (VIRGILLITO, 2018, p. 10).

Para alcançar o objetivo (a) analisar as políticas públicas indigenistas no Brasil, serão identificadas as políticas públicas existentes (legislação correlata). Dessa forma, pretende-se realizar a leitura das políticas públicas indigenistas selecionadas a partir do levantamento realizado, buscando identificar os aspectos que abarcam a preservação da memória, cultura e história dos povos originários, a partir da análise do discurso.

Para alcançar o objetivo (b) identificar as necessidades voltadas à preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang, serão realizadas entrevistas com a finalidade de coletar informações sobre o problema de pesquisa aqui apresentado, bem como se dá o acesso aos objetos que representam a comunidade, foco do estudo.

E, finalmente, o objetivo (c) apresentar os critérios e estratégias de preservação da memória, cultura e história do povo originário Kaingang a partir das necessidades identificadas, se refere a trazer os conhecimentos sobre a preservação de documentos (e objetos) para o contexto estudado, entregando a esta comunidade um plano de ação que envolva a preservação de objetos representativos de sua memória, cultura e história.

Por um lado, pretende-se avaliar a necessidade de se ter critérios e estratégias de preservação para que os objetos (como por exemplo: documentos, peças de vestuário, história oral, práticas culinárias, práticas medicinais, ensinamentos religiosos etc.)

indigenistas não se percam por completo, e por outro, a importância de ter seu acesso ampliado ao meio digital, possibilitando maior divulgação e conhecimento sobre o povo originário Kaingang e os variados aspectos que se articulam com demandas de políticas públicas, documentos, legislações etc.

A partir do levantamento realizado, almeja-se que as políticas públicas indigenistas e seus respectivos links, facilitem o acesso a estes conhecimentos/informações/documentos, de forma simples e organizada. Por fim, pretende-se refletir sobre os limites e possibilidades para o acesso e preservação dos saberes indígenas, fato que pode vir a contribuir não somente para o desenvolvimento da educação indígena, mas também para a não indígena.

Registra-se a necessidade de verificar se as políticas públicas indigenistas conseguem abarcar todos os elementos indispensáveis para o acesso e uso dos documentos pelo povo originário Kaingang, identificando as dificuldades encontradas nesta comunidade estabelecida na Aldeia Três Soitas, localizada em Santa Maria, RS.

3.1 Definição do universo, população e amostra

As pesquisas científicas foram criadas para atuar como motor de desenvolvimento do país, contribuindo para os requisitos de transformação da sociedade. Este trabalho possui como universo de pesquisa as Políticas Públicas e as comunidades indígenas do Brasil.

Os riscos que podem ocorrer no decorrer deste estudo, conforme a Tabela de Riscos da Resolução 510 de 07 de abril de 2016, é considerado um risco mínimo, onde o entrevistado pode ter um gasto de tempo ao responder às perguntas, bem como sentir-se aborrecido ou constrangido com algumas perguntas.

A população a ser estudada nesta pesquisa é composta por 72 pessoas da etnia Kaingang. Aplicando os critérios de seleção previamente traçados, a amostra utilizada na pesquisa será composta pelas 20 pessoas listadas a seguir: professores, o cacique, alunos e moradores da Aldeia, e estudantes indígenas universitários da UFSM foram escolhidos para aplicação do roteiro da entrevista pelo fato de os mesmos acompanharem o desenvolvimento da educação. As respostas serão coletadas individualmente, num encontro entre a pesquisadora e o participante da pesquisa, no interior da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva, localizada na Aldeia Três Soitas, em Santa Maria, RS. Inicialmente, espera-se que esta entrevista esteja disponível até janeiro do ano de 2024, aguardando a aprovação pelo Comitê de Ética.

A delimitação por este povo justifica-se por eles exercerem uma função social importante, uma vez que são corresponsáveis pela produção e disseminação do conhecimento dos povos originários, ao promoverem a memória, cultura e história indígena.

3.2 Instrumento de coleta de dados

Depois de definida a amostra, será feito um levantamento das Políticas Públicas relacionadas aos indígenas, a fim de coletar dados para a pesquisa. As Políticas Públicas que serão analisadas neste estudo e se encontrarão listadas em ordem alfabética nos anexos e lista de referências deste trabalho.

Para identificar as iniciativas de preservação da memória e de acesso as políticas públicas pelos indígenas, será elaborado um checklist (roteiro de entrevista) elaborado a partir de bibliografia específica sobre políticas públicas, política de preservação, estratégias de preservação e o povo originário Kaingang, a fim de se obter informações específicas para o estudo.

Como instrumento de coleta de dados, será utilizada uma entrevista estruturada, visto que busca aplicar as mesmas perguntas a diferentes indivíduos e depois as respostas serão comparadas (ALMEIDA, 2014). Serão realizadas 10 perguntas. Estima-se que serão necessários aproximadamente 30 minutos para respondê-las.

Como forma de recrutamento de dados, a primeira autora do estudo vai até o local da coleta de dados, conforme a permissão das autoridades da aldeia, e fará a entrevista com a liderança da Aldeia, com os professores, com alguns estudantes e moradores da aldeia e com estudantes indígenas universitários de forma separada.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Para o tratamento dos dados coletados nas Políticas Públicas, as respostas serão coletadas e gravadas para devida tradução e descrição do discurso dos participantes. Os respondentes não serão identificados. As respostas serão identificadas por meio de algarismos arábicos.

3.4 Cuidados éticos para realização da pesquisa

Tendo em vista a utilização de entrevista estruturada para um grupo específico, nos caminhos metodológicos da presente pesquisa, pretende-se ter como base a determinação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) quanto aos estudos que envolvam seres

humanos (direta ou indiretamente), submeter à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEPSH), conforme definido nas Resoluções 466/12 e 510/16, em que:

a coleta sistemática de dados, que podem ser generalizados e divulgados em fóruns fora da comunidade onde foram coletados, bem como qualquer geração de dados que possa criar riscos sociais aos participantes [...] incluem entrevistas, questionários [...] incluem dados secundários” (UFSC, 2018).

Sendo assim, após a aprovação desse projeto pelo CEPSH/UFSC por meio da Plataforma Brasil, este trabalho seguirá para as próximas etapas da pesquisa.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Em relação aos objetivos propostos pretende-se apresentar como resultados esperados a análise da pesquisa documental e a discussão dos resultados obtidos acerca da pesquisa realizada sobre a situação dos indígenas quanto às práticas adotadas referentes ao uso das políticas públicas e à preservação da memória, cultura e história Kaingang. Esta sistemática permitirá conhecer as práticas de Preservação adotadas nas Políticas Públicas e verificar se os procedimentos seguidos estão de acordo com o recomendado na literatura sobre preservação para os povos originários. Pretende-se apresentar uma relação de políticas, decretos, leis e relatórios governamentais, que possam servir de parâmetros de qualidade e confiabilidade para a preservação da memória indígena.

Espera-se com este estudo identificar as dificuldades encontradas pelo povo Kaingang na preservação de sua memória, cultura e história apontando um caminho orientador para a preservação. A divulgação da memória indígena pode sensibilizar a população para a importância de se viver de forma sustentável e, assim, utilizar práticas conservacionistas e transmitir para as futuras gerações o conhecimento adquirido por esses povos. A valorização da cultura indígena deve ser um dever de todos os países do mundo.

Esse tema emerge da necessidade de se produzir uma estrutura teórica, apontando uma abordagem metodológica adequada a esta problemática, com vistas a entender o cenário atual dos povos originários indígenas no que diz respeito à preservação de sua memória, cultura e história, por meio de objetos que as representem. Entende-se ser necessário a preservação da memória para as gerações atuais e futuras, garantindo, entre outras questões que a documentação indígena não se perca por completo.

Entende-se ser necessário a preservação da memória para as gerações atuais e futuras, garantindo, entre outras questões que a documentação indígena não se perca por completo. Pretende-se oferecer subsídios para a construção de políticas que facilitem a organização e disseminação da memória indígena, o que traz benefícios tanto para a comunidade científica e institucional quanto para a sociedade de um modo geral, inclusive para a área da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 96 p.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. **Políticas públicas**: o que são e para que existem. (2018). Disponível em: <https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>. Acesso em 30 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em 30 abr. 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Histórico**: Comissão Nacional de Política Indigenista. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/cnp_i1/informativo?limitstart=0#. Acesso em 19 abr. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Ministério dos povos indígenas. **Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022**. Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022#:~:text=%C3%A9Altimo%20censo%20do%20IBGE%20registrou,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014, 407 p.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Editora UEL, 2000.

RODRIGUES, J. A. *et al.* de. Indigenous public policies: state domination. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e19210313104, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13104. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13104>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

VIRGILLITO, S. B. (org.). **Pesquisa de marketing**: uma abordagem quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2018. 561 p.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.